



**PTI**

Parque Tecnológico  
Itaípu

Fundação Parque Tecnológico Itaípu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

## CONTRATO FUNDAÇÃO PTI-BR Nº. **XXXX**/2021

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA FATURAMENTO NA COMPRA DE INGRESSOS DOS ATRATIVOS COMPLEXO TURÍSTICO ITAÍPU, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAÍPU – BRASIL E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXX**.**

Processo Fundação PTI-BR nº. 0925/2021  
Edital de Credenciamento nº. 012/2021  
Chamado nº. **XXXXXXXXXXXXXX** (JD)

A **FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAÍPU – BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº. 07.769.688/0001-18, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 6.731, CEP: 85.867-900, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, Sr. Flaviano da Costa Masnik, doravante denominada **FUNDAÇÃO PTI-BR**,

e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº. **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, com sede (**endereço**), na cidade **xxxxxxxxxx**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CREDENCIADA**,

celebram o presente Contrato com fulcro na NCCA – Norma de Compras, Contratações e Alienações da Fundação Parque Tecnológico Itaípu – Brasil e na legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais prevalecerão entre as partes em tudo quanto se conformarem e não conflitarem com as prescrições legais, regulamentares que regem a matéria:

### CAPÍTULO I – DOS SERVIÇOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

**CLÁUSULA 1ª** – O presente instrumento tem por objeto o credenciamento de empresas para faturamento na compra de ingressos dos atrativos Complexo Turístico Itaípu, que atuem como agências de turismo, agências de viagens, agências de eventos, organizadoras de eventos, operadoras de turismo, operadoras de transporte, operadoras de receptivo, meios de hospedagem, plataformas online de venda de ingressos de atrativos turísticos e afins, de acordo com o Edital Fundação PTI-BR nº. 012/2021 e anexos, que integram o processo em epígrafe, independentemente de transcrição.

### CAPÍTULO II – DO REGIME DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA 2ª** – Os serviços serão realizados, à integral expensa da **CREDENCIADA**, na forma e modo de execução elencado no Termo de Referência.

Parágrafo Único – A **CREDENCIADA** deverá ter a qualificação técnica constante do Termo de Referência, em especial cadastro e/ou certificação vigente(s) em órgãos pertinentes ao ramo de atividade compatível com o objeto, elencados no item 4 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA 3ª** – A **CREDENCIADA**, às suas expensas, deverá assumir todos os custos e encargos relativos à prestação do serviço quando este for realizado fora de seus domínios, em

especial, tributos, verbas trabalhistas, deslocamento urbano e interurbano, passagens, hospedagem, alimentação, seguros, etc.

**CLÁUSULA 4ª** – Todas obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado são de responsabilidade da **CREDENCIADA**, não podendo ser atribuída à Fundação PTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

**CLÁUSULA 5ª** – É vedada a substituição unilateral pela **CREDENCIADA**, de qualquer especificação do(s) serviços(s), ainda que por item de maior valor ou melhor qualidade.

Parágrafo Único – Nos casos em que a **CREDENCIADA** apresentar justificativa, por escrito, comprovando a impossibilidade de execução no modo, deverá apresentar proposta formal de aditivo qualitativo ensejando a descrição técnica e especificações que se pretende produzir, que será analisado pelo contratante que motivadamente, poderá aquiescer com a substituição que não ensejar expensas financeiras à Fundação PTI-BR.

### **CAPÍTULO III – VOUCHER**

**CLÁUSULA 6ª** – As empresas deverão encaminhar cópia do modelo de voucher a ser utilizado para consulta do aceite pelos operadores de caixa na etapa de habilitação.

§1º – Todos os vouchers emitidos deverão ser idênticos ao modelo apresentado e conter o nome legível do emitente e assinatura.

§2º – A Fundação PTI-BR fará o monitoramento anual do volume de vendas das empresas credenciadas e poderá limitar a emissão de voucher quando o faturamento for agressivo ou em situações que achar necessário. Nestes casos, a agência deverá pagar à vista as compras seguintes até o término do período.

§3º – Não serão aceitos vouchers rasurados ou cópias.

§4º – Os vouchers emitidos eletronicamente não necessitarão de assinatura autorizada, desde que informado pela CREDENCIADA com antecedência, através de canal definido pela Fundação PTI-BR, contendo as informações necessárias que o relacionem com venda dos ingressos e seu respectivo faturamento.

§5º – A Fundação PTI-BR poderá determinar um limite de crédito para emissão de vouchers. O limite será estabelecido com base no histórico de vendas anuais efetuada pela CREDENCIADA, seu comportamento creditício e as normas internas da Fundação PTI-BR.

§6º – A CREDENCIADA deverá reconhecer ser devedora da Fundação PTI-BR em relação a todos os vouchers emitidos para o ingresso de turistas em atrações do CTI.

§7º – O voucher será considerado como título executivo extrajudicial em caso de inadimplemento da **CREDENCIADA**, nos termos da legislação pertinente ao caso em tela.

### **CAPÍTULO IV – DO SISTEMA DE AGENTE CREDENCIADOS**

**CLÁUSULA 7ª** – O portal o Agente credenciado é um sistema on-line, parte integrante do site [www.turismoitaipu.com.br](http://www.turismoitaipu.com.br), que permite que as agências de turismo, operadoras, receptivos e MEIs comprem, por meio da internet, ingressos do Complexo Turístico Itaipu com suas tarifas corporativas, caso existam. Para acessar o sistema, a agência deverá solicitar seu cadastramento

ao departamento comercial e marketing do Complexo Turístico Itaipu, e aceitar os termos e condições gerais para compra on-line, disponível no site supracitado.

Parágrafo Único - O Complexo Turístico Itaipu – Brasil se reserva ao direito de disponibilizar ou remover o acesso ao portal do agente ao qualquer tempo, em casos de inadimplência, manutenção de sistema ou não utilização dos acessos concedidos.

## CAPÍTULO V – DO PREÇO NET

**CLÁUSULA 8ª** – A tarifa NET refere se a tabela com nível de desconto, na qual cada empresa será classificada segundo critério de produtividade e demais itens da Norma de Vendas vigente.

§1º – A critério das agências ou demais segmentos referenciados na Norma de Vendas vigente, estas poderão optar pelo modelo de faturamento, conforme disposto no item 15 do Termo de Referência.

§2º – O valor da tarifa NET e o enquadramento são regulamentados pela Norma de Vendas da Fundação PTI-BR, podendo esta sofrer alterações de acordo com o interesse do Complexo Turístico Itaipu. As agências credenciadas serão comunicadas através de e-mail ou correspondências e poderão optar pela permanência ou não no referido credenciamento em vigor.

## CAPÍTULO VI – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

**CLÁUSULA 9ª** – A credenciada poderá optar pelo faturamento deduzindo a comissão, ou seja, tarifa NET ao qual a empresa está enquadrada, nesta opção o valor a ser pago será o líquido. Nesta opção a credenciada não precisará emitir nota fiscal. No quadro abaixo, consta o cronograma do processo.

AGÊNCIAS COM PAGAMENTO VALOR LÍQUIDO				
PERÍODO	APURAÇÃO DO FATURAMENTO	APURAÇÃO E ENVIO DO BOLETO	VENCIMENTO BOLETO	
			PRAZO DE 15 DIAS	PRAZO DE 30 DIAS
Do dia 1 ao dia 15	2 dias úteis	15 dias úteis antes do vencimento	Dia 30	Dia 15
Do dia 16 ao 30/31			Dia 15	Dia 30

**CLÁUSULA 9ª** - A credenciada poderá optar por pagar o valor bruto dos atrativos e receber o desconto preço NET posteriormente quando do faturamento. O faturamento ocorrerá em 3 etapas:

- IA comissão será apurada quando do faturamento quinzenal/mensal.
- IIA credenciada será informada conforme quadro abaixo dos valores faturados e da comissão, para conferência e emissão da nota fiscal referente ao valor da comissão.
- IIIA compensação da comissão devida será deduzida no boleto do faturamento.

**PTI**Parque Tecnológico  
Itaípu

Fundação Parque Tecnológico Itaípu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

**AGÊNCIAS COM PAGAMENTO VALOR BRUTO**

PERÍODO	APURAÇÃO DO FATURAMENTO	RECEBIMENTO DAS NFS-e DE COMISSÃO	APURAÇÃO E ENVIO DO BOLETO	PAGAMENTO COMISSÃO E VENCIMENTO DE BOLETO	
				PRAZO DE 15 DIAS	PRAZO DE 30 DIAS
Do dia 1 ao dia 15	2 dias úteis	2 dias úteis	10 dias úteis antes do vencimento	Dia 30	Dia 15
Do dia 16 ao 30/31				Dia 15	Dia 30

§1º – A Fundação PTI-BR apurará os débitos quinzenalmente/mensalmente e a cobrança será realizada mediante boleto bancário da fatura, deduzindo os valores referentes ao faturamento NET, com prazo de pagamento para 15 ou 30 dias, acompanhado de relatório sintético e/ou extrato das operações realizadas.

§2º – O prazo para pagamento, sendo 15 (quinze) ou 30 (trinta) dias, será baseado no volume de vendas e na tarifa corporativa na qual a empresa está inserida, considerando como base de valor de faturamento as agências que estão enquadradas nos dois maiores percentuais de desconto, ou seja, Net 2 ou Net 3 da Norma de Vendas vigente.

- a) Poderão ser consideradas outras agências com volumes consideráveis, desde que, estas apresentem justificativas a serem analisadas e aprovadas pela Fundação PTI-BR.

§3º – O cronograma de vendas, faturamento e cobrança, será realizado quinzenalmente/mensalmente conforme item 15.3, do termo de referência, Anexo I, do edital.

§4º – O prazo de pagamento de 15 (quinze) dias é usual para todas as agências credenciadas.

§5º – O prazo de pagamento de 30 (trinta) dias é permitido apenas às agências que demonstram seu histórico de elevado volume de vendas e não tiverem mais de 3 atrasos de pagamento no período de 1 ano. Nesse caso, a agência deverá emitir correspondência solicitando a revisão do prazo de vencimento das faturas à área Financeira do CTI.

§6º – O período citado nos quadros acima, poderá ser alterado quando estabelecido pela Norma de Vendas vigente do CTI e informado através de e-mail ou correspondência.

§7º – A critério da Fundação PTI-BR, havendo atraso no pagamento de algum título por parte da CREDENCIADA, esta perderá, automaticamente, o direito a emissão de “vouchers” para os atrativos do CTI, mesmo o contrato estando em vigor.

§8º – Diante do atraso no pagamento de algum boleto, a Fundação PTI-BR poderá tomar as medidas legais cabíveis sendo:

- a) Poderá a Fundação PTI-BR inserir a Contratada no serviço de proteção ao crédito (SPC)
- b) Ocorrendo a falta do pagamento após o 5º (quinto) dia da data de vencimento, a empresa deverá ser notificada do atraso, devendo fazer o pagamento em até 3 (três) dias úteis;



**PTI**

Parque Tecnológico  
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

- c Havendo a falta de pagamento ou no prazo solicitado, a empresa terá seu crédito para faturamento bloqueado, restabelecendo-o após o pagamento das faturas em atraso, acrescidos de juros e multa de mora;
- d Se o pagamento não for identificado em um prazo de 30 (trinta) dias corridos após o vencimento, terá seus títulos protestados em cartório. Existindo comissão de direito ficará retida até ser restabelecido o seu crédito;
- e Agências com faturas vencidas protestadas e não pagas serão acionadas juridicamente pela Fundação PTI-BR.

§9º – Todos os documentos fiscais emitidos para pessoas jurídicas deverão conter informações discriminando a classe de tarifa enquadrada, o valor percentual de comissão e o valor líquido a pagar.

§10º – Se a CREDENCIADA constituir-se em mora relativamente ao pagamento dos “vouchers”, o valor do débito será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

§11º – Quanto as visitas agendadas com antecedência, todos os cancelamentos, reembolsos e alterações de dia e horário deverão ser previamente comunicadas pela agência à Fundação PTI-BR, estando sujeito a:

- a Se a solicitação de cancelamento, reembolso e alteração for feita com no mínimo 48 horas de antecedência, a Fundação PTI-BR poderá cobrar a seu critério, uma taxa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor integral do ingresso.
- b Se a solicitação for realizada com menos de 48 horas antes da data da visita, a Fundação PTI-BR cobrará 50% (cinquenta por cento) do valor integral do ingresso.
- c Pelo não comparecimento nas datas e horários sem prévia comunicação a Fundação PTI-BR (no show), as agências serão cobradas, de forma a pagar os ingressos integralmente, sem direito a reembolso.

§12º – O critério de faturamento poderá ser alterado, mediante solicitação da agência CREDENCIADA e formalizado por e-mail ou correspondência, devendo para tanto, ser alterado o referido instrumento contratual pela Fundação PTI-BR.

§13º – É vedada a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores definidos no termo de contrato e instrumento convocatório.

## **CAPÍTULO VII – DA COMISSÃO**

**CLÁUSULA 10ª** – A aplicabilidade das comissões sobre as vendas de ingressos, se dará através do percentual da tarifa NET às agências de turismo conforme as categorias e respectivas condições, estabelecidas na Norma de Vendas do CT vigente.

§1º – O comissionamento deverá obedecer às seguintes regras:

- a Destinam-se às agências de turismo ou agentes do segmento turístico que possuem MEI (Micro Empreendedor Individual).
- b Destinam-se as agências de turismo com potencial ou produção superior

**PTI**Parque Tecnológico  
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

ao estipulado na norma de vendas vigente, Organizadoras de Eventos e Operadoras de Turismo, que iniciam suas relações comerciais com o CTI.

- c Destinam-se às Operadoras de Turismo, Agências de Receptivos e Operadoras Internacionais que, dentro do mercado, ocupem posição de atacadistas do setor e que revendam seus produtos para as varejistas do segmento turístico. As agências com potencial ou produção superior ao estipulado na norma de vendas vigente, também poderão ser classificadas neste nível.
- d As agências de turismo e eventos nacionais deverão estar registradas regularmente no Cadastur, executado pelo Ministério do Turismo, ou em entidade de classe por grupo econômico, como BRAZTOA, ABEOC, ALAGEV, ABAV e suas seccionais, entre outras instituições do segmento.
- e As agências de turismo e eventos do MERCOSUL, cadastradas nas suas entidades de classe, AAOVYT (Argentina), AUDAVI (Uruguai), ASATUR (Paraguai) e similares dos demais países-membros ou afiliados do bloco.
- f As empresas comprovadamente do mesmo grupo, através da representação de, pelo menos, um dos sócios nos seus contratos sociais, poderão ter seus movimentos mensais somados para efeito de concessão de comissionamento.
- g Para empresas pertencentes a grupos de agências, a comissão será padronizada pela avaliação anual do volume em suas vendas de todas as unidades.
- h Para plataformas online nacional ou internacionais que tenham algum vínculo com o turismo, viagens ou venda de ingressos de atrativos turísticos.
- i O percentual de comissionamento será aplicado sobre o valor da tarifa constante na Norma de Vendas vigente. O pagamento poderá ser à vista ou faturado, de acordo com as regras estabelecidas pela Fundação PTI-BR.
- j Quando as agências fazem o transporte dos turistas utilizando veículo próprio estas poderão obter desconto conforme descrito na Norma de Vendas vigente.
- k Para terem direito ao comissionamento dos atrativos, deverão ser apresentados Voucher, Ordem de Serviço ou lista de Passageiros (para agências estrangeiras), relatório de vendas, assinado e/ou documento eletrônico, tanto para pagamento à vista (cash), como para faturamento.
- l As agências de turismo favorecidas serão avaliadas anualmente para efeitos de atualização do enquadramento nas categorias de comissão. A cada avaliação, as empresas que se enquadrarem nos requisitos de outra categoria passarão a receber comissionamento correspondente àquela classe, podendo ser enquadrados em categorias superior ou inferior à atual.
- m Esta avaliação ocorrerá anualmente, considerando o período de 1º de

**PTI**Parque Tecnológico  
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

janeiro a 31 de dezembro.

- n As credenciadas serão comunicadas através de e-mail ou correspondência, caso ocorra alguma alteração na Norma de Vendas do CTI, devendo estas, atestar formalmente, o pleno acordo com a norma vigente.

§2º Para ter direito ao comissionamento sobre o volume de vendas, as credenciadas deverão emitir nota fiscal com o comissionamento, referente ao período, podendo este valor ser reduzido em seu boleto. Caso a agência não entregue a Nota Fiscal no prazo estipulado, deverá fazer o pagamento do boleto pelo valor bruto da fatura. Nestes casos, a credenciada que emitir a NFS-e fora do prazo estipulado ou que realize todos os pagamentos à vista, terá valor do comissionamento pago por depósito em conta corrente.

§3º Quando da emissão da nota fiscal, deverão ser observados os destaques dos impostos.

§4º No corpo da nota fiscal deverá constar “comissões de vendas” e número do pedido de compra.

§5º A Fundação PTI-BR é não contribuinte do ICMS devendo no campo Inscrição Estadual constar o código “9”.

§6º A comissão a ser paga às agências ficará disponível até 31 de dezembro do ano corrente às compras realizadas. Após esse prazo, caso a agência deixe de emitir NFS-e, perderá automaticamente o direito aos valores.

§7º O valor referente ao comissionamento será faturado conforme o item 15 do Termo de Referência a cada pagamento quinzenal.

## **CAPÍTULO VIII – DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 11ª** – O reajuste dos preços dos ingressos e dos percentuais de comissionamento fica condicionado à atualização da Norma de Vendas do Complexo Turístico Itaipu.

## **CAPÍTULO IX – DA REVISÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 12ª** – O contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da sua, ou ainda, na hipótese de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Parágrafo Único - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

## **CAPÍTULO X – DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA 13ª** – O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data

do termo de início, podendo ser prorrogado de acordo com o §2º do art. 38 da NCCA.

§1º – Para prorrogação deverão ser atendidos os requisitos a seguir:

a Demonstração da permanência do interesse da Fundação PTI-BR;

§2º – Caso algum credenciado não esteja de acordo com a prorrogação do seu credenciamento, este será automaticamente descredenciado sem que caiba ao credenciado quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

§3º – O término da vigência contratual não exclui da **CREDENCIADA** as responsabilidades técnicas (de garantia e assistência) referente ao objeto contratado.

## **CAPÍTULO XI – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 14ª** – O presente contrato poderá ser alterado qualitativa e/ou quantitativa mediante lavratura de termo aditivo e prévia justificativa.

§1º – As alterações qualitativas não poderão acarretar para a Fundação PTI-BR encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual, acrescidos aos custos da instauração de um novo processo de avaliação competitiva; não poderão inviabilizar a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado; devem decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial; não poderão transfigurar o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos; devem ser necessárias à completa execução do objeto original do contrato.

§2º – Sem prejuízo dos limites da cláusula anterior, a prorrogação e as alterações contratuais observarão o estrito interesse da Fundação PTI-BR; a previsão no instrumento convocatório; a maior vantajosidade econômica para Fundação PTI-BR; a existência e suficiência de recursos orçamentários; a anuência das partes; o cumprimento das obrigações pela CREDENCIADA; a manutenção das condições de habilitação pela CREDENCIADA; a inexistência de sanções restritivas da atividade licitatória e contratual aplicadas pela Fundação PTI-BR ou pela ITAIPU BINACIONAL; a promoção dentro da vigência contratual; e a autorização da autoridade competente.

§3º – Sempre que houver alteração na Norma de Vendas do Complexo Turístico Itaipu, far-se-á necessário celebrar aditivo contratual para atualização.

§4º – Todas as alterações na Norma de Vendas, após oitiva jurídica, serão comunicadas as agências credenciadas no processo vigente, através de e-mail ou correspondências. As agências por sua vez, poderão optar pela permanência ou não no referido credenciamento em vigor.

## **CAPÍTULO XII – DAS OBRIGAÇÕES GENÉRICAS**

**CLÁUSULA 15ª** – A CREDENCIADA se compromete a:

- I Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- II Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Fundação;

**PTI**Parque Tecnológico  
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

- III Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas neste instrumento, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- IV Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- V Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- VI Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento;
- VII Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Termo de Referência;
- VIII Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;
- IX As empresas, as quais a Fundação PTI-BR deseja credenciar, devem estar devidamente regularizadas junto às legislações em vigor, bem como ser atuante no mercado turístico.
- X A CREDENCIADA deverá efetuar o pagamento do valor referente aos vouchers emitidos e apresentados pelos seus clientes, pelo ingresso nas atrações do CTI, conforme tabela de preços vigentes e orientações contidas na Norma de Vendas.
- XI A CREDENCIADA deverá zelar pelo nome da Fundação PTI-BR e da Itaipu Binacional, de suas marcas e de seus produtos, abstendo-se de praticar qualquer ato que possa, de alguma maneira, lhes prejudicar a boa reputação.
- XII Observar a proibição expressa de utilizar o nome, marca ou logotipo da Fundação PTI-BR em suas notas fiscais, faturas e outros impressos fiscais, quaisquer que sejam, sem prévio e expresso consentimento da Fundação PTI-BR.
- XIII Manter sigilo sobre toda e qualquer informação e documentação que receber em decorrência do documento contratual, devendo transmitir a seus funcionários e prepostos, e exclusivamente a estes, nada além das orientações essenciais ao desempenho de suas respectivas tarefas.
- XIV A CREDENCIADA estará sujeita a avaliação periódica de qualidade de desempenho, estando sujeito a rescisão contratual em caso de baixo desempenho.
- XV A CREDENCIADA será responsável pelos danos causados diretamente a Fundação PTI-BR ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do contrato.
- XVI Todos os aspectos de relação entre a CREDENCIADA e seus clientes, dentre os quais se mencione, sem limitação, o pagamento devido pelos clientes à CREDENCIADA em virtude do ingresso para as atrações do CTI, dizem respeito única e exclusivamente à CREDENCIADA e a seus clientes. A CREDENCIADA é a única e exclusiva responsável pelo pagamento à Fundação PTI-BR dos valores referentes aos vouchers emitidos.

#### **CLÁUSULA 16ª – A Fundação PTI-BR obriga-se a:**

- I A **Fundação PTI-BR** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- II Desde que se tenha disponibilidade de vagas, a **Fundação PTI-BR** obriga-se a dar acesso aos visitantes que apresentarem voucher emitido pela **CREDENCIADA**, nos dias e horários de funcionamento regular do CTI, observado o disposto neste documento, no



**PTI**

Parque Tecnológico  
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

Regulamento Interno da Itaipu Binacional, do Parque Tecnológico Itaipu e na Norma de Vendas do CTI.

- III Realizar a cobrança dos vouchers utilizados pelas **CREDENCIADAS** em um determinado período, conforme definições estabelecidas na Norma de Vendas.
- IV Analisar todos os documentos que comprovem os serviços prestados, onde se inclui a nota fiscal emitida pela **CREDENCIADA**, quando for o caso.
- V Casos de inadimplência, utilizar todos os meios legais para o efetivo recebimento, bem como cancelar o credenciamento. Procedimento estabelecido neste Termo de Referência.

### **CAPÍTULO XIII – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA 17ª** – A **Fundação PTI-BR**, por meio de sua área gestora, Complexo Turístico Itaipu, fiscalizará e acompanhará sua execução, atuando como representante da Fundação PTI-BR.

§1º – A **Fundação PTI-BR** nomeará um gestor, que será responsável pela fiscalização das atividades desenvolvidas pela **CREDENCIADA**.

§2º – O gestor do contrato poderá designar um fiscal para fiscalizar as atividades desenvolvidas pela **CREDENCIADA**.

§3º – A fiscalização realizada pela **Fundação PTI-BR** não importa em redução ou supressão da responsabilidade da **CREDENCIADA** por eventual erro, falha ou omissão, exceto se decorrentes de solicitações emanadas da Fundação PTI-BR, das quais a **CREDENCIADA** tenha discordado, por escrito, com antecedência de 03 (três) dias para não prejudicar a execução do objeto contratado.

§4º – O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do presente instrumento, sendo-lhe assegurado o dever de:

- a Decidir, em nome da **Fundação PTI-BR**, todas as questões relacionadas à execução do presente contrato;
- b Recusar os equipamentos considerados insatisfatórios e exigir a remoção e/ou substituição desses na extensão considerada necessária;
- c Encaminhar a **CREDENCIADA**, por escrito, as comunicações que se fizerem necessárias;
- d Fiscalizar a execução do presente Contrato, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições constantes de suas cláusulas e seus anexos;
- e Colocar à disposição da **CREDENCIADA** os meios indispensáveis à execução do contrato;
- f Revisar e aprovar o objeto entregue pela **CREDENCIADA**;
- g Cumprir com as demais obrigações advindas da função.

§5º – O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções cabíveis, podendo culminar com a rescisão contratual.

§6º – A verificação da adequação da execução do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos nesta minuta contratual e no Termo de Referência.

### **CAPÍTULO XIV – NORMA REGENTE**

**PTI**Parque Tecnológico  
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

**CLÁUSULA 18ª** – A presente relação contratual é regida pela NCCA – Norma de Compras, Contratações e Alienações da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil.

Parágrafo Único - Em caso de conflito entre as estipulações ou condições constantes deste instrumento com os seus respectivos anexos, bem como omissões contratuais, buscar-se-á a interpretação mais favorável à Fundação PTI-BR, pautada nos princípios contratuais em respeito à função social do Contrato.

**CLÁUSULA 19ª** – São princípios e regras norteadores do Contrato, o princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da responsabilidade ambiental, do julgamento objetivo da preservação do negócio jurídico, da maior vantajosidade para Fundação PTI-BR na contratação, da ampla concorrência, da sustentabilidade, do desenvolvimento socioambiental, do menor impacto ambiental, da maior economia de recursos, da menor depreciação econômica, da menor produção de resíduos, da disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras e serviços contratados; da mitigação por condicionantes e compensação ambiental; da utilização de produtos, da redução do consumo de energia e recursos naturais; e da acessibilidade.

Parágrafo Único - Os princípios norteadores, nos casos omissos, além de indicarem a interpretação das cláusulas e termos contratuais, terão efeito de integração das normas.

## **CAPÍTULO XV – DAS FALTAS E PENALIDADES**

**CLÁUSULA 20ª** - São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- a) Não atender, sem justificativa, à convocação para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- b) Atrasos nas entregas das compras sem justificativas plausíveis, não atendendo os prazos do Termo de Referência;
- c) Entregas realizadas em desconformidade com o Termo de Referência;
- d) Apresentar documento falso;
- e) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de seleção de fornecedores;
- f) Afastar ou procurar afastar participante, por meio da violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- g) Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- h) Incorrer em inexecução contratual.

**CLÁUSULA 21ª** – Para toda e qualquer ofensa aos deveres contratuais, poderão ser aplicadas, a CONTRATADA, sem prejuízos de responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I - Advertência para faltas leves, assim entendidas: aquelas que não acarretem prejuízos, significativos, para o Contratante;

II - Multa Moratória equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado do instrumento contratual, por dia de atraso;

III - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total do instrumento contratual ou por ato que frustre ou fraude a avaliação competitiva, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

IV - Suspensão do direito de participar de processos de compras e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR por até 2 (dois) anos.

**CLÁUSULA 22ª** – A inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar a sua rescisão, respondendo, a parte que causou, às consequências contratuais e às previstas em lei.

**CLÁUSULA 23ª** - Na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de avaliação competitiva e impedimento de contratar com a **FUNDAÇÃO PTI-BR** deverá ser considerada a dosimetria da penalidade, conforme tabela a seguir:

INFRAÇÃO	PENA (MÁXIMA)
Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente	04 (quatro) meses
Atrasos nas entregas das compras sem justificativas plausíveis, não atendendo os prazos do Termo de Referência	12 (doze) meses
Entregas realizadas em desconformidade com o Termo de Referência	12 (doze) meses
Apresentação de documento falso	12 (doze) meses
Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação	24 (vinte e quatro) meses
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo	12 (doze) meses
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico	12 (doze) meses
Incorrer em inexecução contratual.	12 (doze) meses

**CLÁUSULA 24ª** - A sanção de suspensão do direito de participar de avaliação competitiva e impedimento de contratar com a FUNDAÇÃO PTI-BR para o caso de inexecução contratual deve ser aplicada apenas no caso de inadimplemento grave ou que se entenda que não é dispensável de cumprimento.

**CLÁUSULA 25ª** - As sanções, previstas na tabela acima, de infração e pena, poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante abaixo, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, em decorrência dos seguintes termos:

**PTI**Parque Tecnológico  
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

I - Quando restar comprovado que a CONTRATADA, tenha registro, no Cadastro de Fornecedores da FUNDAÇÃO PTI-BR, de penalidade aplicada em decorrência da prática de quaisquer das condutas tipificadas neste instrumento, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II - Quando restar comprovado que a CONTRATADA tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido, quando for o caso;

III - Quando a CONTRATADA, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de avaliação competitiva; ou

IV - Quando restar comprovado que a CONTRATADA tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

**CLÁUSULA 26ª** - As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.

**CLÁUSULA 27ª** - A FUNDAÇÃO PTI-BR poderá rescindir o instrumento contratual caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassem 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste instrumento contratual.

**CLÁUSULA 28ª** - Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à **FUNDAÇÃO PTI-BR**, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.

**CLÁUSULA 29ª** - As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de avaliação competitiva e impedimento de contratar com a **FUNDAÇÃO PTI-BR**, por até 2 (dois) anos, poderão ser aplicadas juntamente às sanções de multa, a depender do caso e da sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à **FUNDAÇÃO PTI-BR** decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação constante no Termo de Referência.

**CLÁUSULA 30ª** - A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CONTRATADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

**CLÁUSULA 31ª** - A **FUNDAÇÃO PTI-BR** reserva-se o direito de deduzir, dos valores devidos a CONTRATADA, as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que a mesma causar à **FUNDAÇÃO PTI-BR** ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

**CLÁUSULA 32ª** - As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à FUNDAÇÃO PTI-BR.

**CLÁUSULA 33ª** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento contratual, excluir-se-á o dia do início, incluir-se-á o vencimento e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.

**CLÁUSULA 33ª** - A aplicação das penalidades previstas deverá ser realizada em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando o art. 75 e seguintes da NCCA.

**CLÁUSULA 34ª** - A CONTRATADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.



**PTI**

Parque Tecnológico  
Itaipu

Fundação Parque Tecnológico Itaipu  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

**CLÁUSULA 35ª** - Da decisão final cabe recurso.

**CLÁUSULA 36ª** - A não ocorrência das penalidades acima referidas não impede que a FUNDAÇÃO PTI-BR rescinda, unilateralmente, o instrumento contratual.

**CLÁUSULA 37ª** - Na aplicação das sanções serão consideradas as seguintes condições:

- a) razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;
- c) reincidência, assim entendida como a repetição de infração de igual natureza;
- d) outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

**CLÁUSULA 38ª** - No caso de atraso do pagamento por parte da FUNDAÇÃO PTI-BR, a CONTRATADA poderá exigir as penalidades a seguir:

I - Multa, de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente;

II - Juros, de 1% (um por cento), ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

## **CAPÍTULO XVI – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 35ª** – A rescisão contratual unilateral não é penalidade, mas, sim, direito potestativo da **Fundação PTI-BR** que se impõe pela justificativa da boa-fé, moralidade, responsabilidade socioambiental e eficiência.

**CLÁUSULA 36ª** – O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela **Fundação PTI-BR**, sendo prescindível a aplicação de penalidade anterior, nas seguintes hipóteses:

- I Apresentar irregularidades ou falta de diligência em sua gestão financeira;
- II Se, por qualquer motivo deixar de possuir registro de pessoa jurídica ou for incapaz de conduzir suas atividades na forma usual;
- III Em consequência de alterações substanciais em sua posição financeira ou por outras razões, for incapaz de cumprir suas obrigações ora previstas ou incapaz de prestar à Fundação PTI-BR garantia satisfatória de que conseguirá cumprir tais obrigações;
- IV Praticar atos ilegais ou que prejudiquem o nome da Fundação PTI-BR frente a terceiros;
- V Realizar alteração social, fusão, cisão, incorporação ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que prejudique a execução do presente instrumento;
- VI Deixar de cumprir qualquer obrigação prevista no Termo de Referência e contrato.

**CLÁUSULA 37ª** – Poderá, ainda, a **Fundação PTI-BR** promover a rescisão contratual imotivada mediante prévia notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA 38ª** – Poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante consenso entre as partes, resguardado os interesses da **Fundação PTI-BR**, a rescisão ou a resolução contratual mediante a lavratura do termo de distrato.

**CLÁUSULA 39ª** – Ocorrendo a rescisão, a **Fundação PTI-BR** poderá deduzir os valores devidos a **CREDENCIADA** até o limite dos prejuízos causados à Fundação PTI-BR ou a terceiros.

Parágrafo Único - Sendo a rescisão unilateral promovida pela Fundação PTI-BR, sem prejuízo das medidas anteriores previstas, promover a:

- a Execução judicial ou extrajudicial dos valores das multas e das indenizações devidas;
- b Suspensão do direito da **CREDENCIADA** em participar de licitações e de contratar com a **Fundação PTI-BR** por período a ser definido, por até 5 (cinco) anos, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, sem prejuízo da aplicação da multa.

**CLÁUSULA 40ª** – A **Fundação PTI-BR** poderá, no caso de concordata, recuperação judicial ou extrajudicial da **CREDENCIADA**, manter o instrumento contratual, podendo assumir, mediante negociação, o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

#### **CAPÍTULO XVII – DO FORO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 41ª** – É competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

#### **CAPÍTULO XVIII – DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA 42ª** – A Fundação PTI-BR, na forma do artigo 67 da NCCA, promoverá a publicação do extrato do presente Contrato e dos seus aditivos.

#### **CAPÍTULO XIX – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA 43ª** – O presente Contrato não poderá ser cedido, transferido ou dado em garantia.

**CLÁUSULA 44ª** – As eventuais tolerâncias da **Fundação PTI-BR** para com a **CREDENCIADA** em relação ao cumprimento, total ou parcial, de cláusulas e/ou condições pactuadas neste instrumento, não poderão ser alegadas como alteração ou modificação contratual, devendo ser considerada como mera liberalidade da Fundação PTI-BR, não obrigando à adoção de igual procedimento em casos futuros.

**CLÁUSULA 45ª** – Os termos e disposições acordadas no contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos firmados anteriormente entre as partes.

**CLÁUSULA 46ª** – O contrato deverá em todos os casos, interpretado como um todo, em conformidade com seu significado justo e não de forma estritamente favorável ou desfavorável a qualquer das partes.

**CLÁUSULA 47ª** – O instrumento contratual e os direitos conferidos à **CREDENCIADA** têm caráter *intuitu personae*, dessa forma, não poderá ser cedido, transferido ou gravado, nem de outra forma a **CREDENCIADA** alienará toda ou parte de sua participação neste instrumento, salvo com prévio e expresse consentimento da Fundação PTI-BR.

**CLÁUSULA 48ª** – Qualquer tentativa de cessão, transferência ou outra alienação sem tal consentimento será nula e constituirá em inadimplemento e uma violação deste Contrato.

**PTI**Parque Tecnológico  
Itaipu

**Fundação Parque Tecnológico Itaipu**  
Avenida Tancredo Neves, 6731 – Caixa Postal: 2039  
CEP: 85867-900 – Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil  
Telefone: +55 (45) 3576.7200  
pti@pti.org.br - www.pti.org.br

**CLÁUSULA 49ª** – Fica ressaltada a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, não havendo nenhum tipo de relação de subordinação.

**CLÁUSULA 50ª** – O presente Contrato poderá ser firmado por assinatura digital e/ou eletrônica, tendo assim todos os requisitos de validade e eficácia.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Foz do Iguaçu (PR), xxxx de xxxxxx de 202x.

**FUNDAÇÃO PTI-BR:**

*(assinado digitalmente)*

\_\_\_\_\_  
Flaviano da Costa Masnik  
Diretor Administrativo-Financeiro

**CREDENCIADA:**

\_\_\_\_\_  
Representante da empresa contratada

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF